

EUA Anunciam Redução de Sanções à Venezuela

No mês passado, no dia 18 de outubro de 2023, o governo de Biden [anunciou](#) uma redução significativa das sanções dos EUA à Venezuela. A medida do governo representa uma reversão importante da política dos EUA e ocorre depois que a oposição venezuelana e os representantes do presidente venezuelano Nicolás Maduro fecharam um acordo eleitoral.

De acordo com a decisão, o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros (“OFAC”) do Departamento do Tesouro dos EUA emitiu uma série de [Licenças Gerais](#) (inclusive as GL 44 e 43) e emendas suspendendo sanções selecionadas que envolvem o setor de petróleo e gás e o setor de ouro da Venezuela, e que também removem a proibição de transações secundárias (ou “secondary trading”) de determinados títulos do governo venezuelano. No entanto, o OFAC esclareceu que está preparado para alterar ou revogar as medidas a qualquer momento se o governo Maduro não cumprir os seus compromissos sob o acordo eleitoral. O OFAC também publicou um documento atualizado de FAQs (“Frequently Asked Questions”) sobre as Licenças Gerais no dia 16 de novembro de 2023.

O OFAC enfatizou que todas as outras restrições impostas pelos Estados Unidos à Venezuela permanecem em vigor.

A Licença Geral 43 autoriza certas transações envolvendo a CVG Compania General de Minería de Venezuela CA (“Minerven”), a empresa mineradora nacional da Venezuela. A licença não tem limite de tempo e assegura que o governo dos EUA não pretende sancionar as pessoas só por operar no setor de ouro da economia venezuelana.

Enquanto isso, as Licenças Gerais 3I e 9H eliminam as proibições de transações no mercado secundário (“secondary market trading”) de compras de determinadas obrigações soberanas venezuelanas e títulos ou ações emitidas antes de 2017 pela empresa petrolífera nacional Petróleos de Venezuela, S.A. (“PdVSA”).

Contudo, talvez o mais notável seja a Licença Geral 44 que cria um período de seis meses (até 18 de abril de 2024) durante o qual os norte-americanos podem, sujeito a certas condições, envolver-se em transações que envolvem o setor de petróleo e gás na Venezuela, incluindo transações com o PdVSA. A autorização da licença suspende temporariamente as sanções aplicáveis à maioria das operações do setor de petróleo e gás na Venezuela, incluindo a venda de petróleo e gás desde a Venezuela para os Estados Unidos e outras jurisdições. A licença também estabelece uma lista não exaustiva de atividades autorizadas que incluem: (i) a produção, elevação, venda e exportação de petróleo ou gás da Venezuela e o fornecimento de bens e serviços relacionados; (ii) o pagamento de faturas de bens ou serviços relacionados às operações do setor de petróleo ou gás na Venezuela; (iii) novos investimentos em operações do setor de petróleo ou gás na Venezuela; e (iv) a entrega de petróleo e gás desde a Venezuela aos credores do Governo da Venezuela, incluindo credores de entidades do PdVSA, para fins de pagamento da dívidas.

É importante ressaltar, entretanto, que a licença anota expressamente diversas atividades que não estão autorizadas, que incluem, entre outras: (i) o fornecimento de bens ou serviços para, ou novos investimentos em, qualquer entidade localizada na Venezuela que seja propriedade de ou controlada por, ou que seja um empreendimento conjunto com, qualquer entidade localizada na Federação Russa; e (ii) qualquer transação relacionada com novos investimentos em operações no setor de petróleo ou gás na Venezuela por uma

HAYNES BOONE

pessoa localizada na Federação Russa ou qualquer entidade que seja propriedade ou controlada por uma pessoa localizada na Federação Russa.

Com a emissão da Licença Geral 44, tanto cidadãos norte-americanos como estrangeiros podem potencialmente participar numa grande variedade de transações envolvendo o setor de petróleo e gás da Venezuela, incluindo investimentos em novos projetos energéticos e exportações de petróleo venezuelano. Porém, o governo dos EUA só pretende renovar a licença se o governo Maduro cumprir os seus compromissos sob o acordo eleitoral e, portanto, dada a natureza temporária do alívio das sanções, o grau de novos investimentos pode ser limitado e pode exigir garantias adicionais, como cartas de conforto (“comfort letters”). Mas talvez mais significativo, no dia 30 de outubro de 2023, o Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela ordenou a suspensão dos resultados das eleições primárias da oposição e ratificou a proibição da candidatura da Maria Corina Machado (que obteve mais de 90% dos votos nas eleições primárias presidenciais da oposição), e tais decisões poderão colocar em risco o atual alívio das sanções norte-americanas.

Para mais informações ou assistência com qualquer assunto sobre a Venezuela, entre em contato com o nosso Americas Practice Group ou com o nosso International Trade Group.